

Leis relacionadas à Imigração sancionadas em 2008

1º de janeiro a 30 de novembro

George Castro | Especialista em Imigração Americana | www.imigrarusa.com

Envie suas dúvidas e comentários para o e-mail: info@imigrarusa.com



Apesar de imigração se tratar de um problema de ordem federal, a inércia do Congresso americano continuou resultando na participação ativa dos estados americanos em introduzir e aprovar leis relacionadas à imigração. Em 41 estados, pelo menos uma lei ou resolução foi aprovada. Ao todo, 1.305 textos legislativos referentes a imigrantes ou imigração foram introduzidos, muitos foram aprovados, e apenas três foram rejeitados por governadores.

Entretanto, 2008 não foi uma exceção aos anos anteriores. Leis de imigração aprovadas pelos estados têm crescido significativamente nos últimos anos:

- Em 2005, 300 projetos de lei foram introduzidos e 38 foram aprovados;
- Em 2006, 570 (quase o dobro do ano anterior) projetos de lei foram introduzidos e 84 foram aprovados;
- Em 2007, 1.562 (quase o triplo do ano anterior) projetos de lei foram introduzidos e 240 foram aprovados.

Como em anos anteriores, as três principais áreas de interesse dos estados foram: (1) carteira de identificação ou de motorista; (2) autorização de trabalho; e (3) aplicação eficaz das leis de imigração já existentes.

Colorado, por exemplo, criou um programa de trabalho piloto para acelerar a aprovação de trabalhadores estrangeiros sob o programa de visto federal H-2A e o estado do Arizona revisou a legislação referente ao trabalho que já havia sido aprovada em 2007. O estado de Iowa permite que filhos de imigrantes e mulheres grávidas se qualifiquem para SCHIP (*State Children's Health Insurance Program*). Connecticut procurou atender as necessidades da comunidade americana-asiática do Pacífico com cursos de inglês, acesso à saúde e desenvolvimento econômico. Arizona expandiu a definição do crime de tráfico de pessoas. Maryland passou uma lei encorajando o aprendizado do idioma nativo e, ao mesmo tempo, incentivando os novos cidadãos americanos a aprenderem o idioma inglês. Vários estados realizaram estudos a fim de constatar não somente o impacto causado por imigrantes nas áreas econômicas e fiscal, mas também os meios de serem ressarcidos monetariamente pelo governo federal. Missouri, Carolina do Sul e Utah aprovaram leis

relacionadas ao emprego, cumprimento das leis, benefícios públicos, serviços legais e licença para conduzir veículo.

Veja quadro com os principais tópicos abordados pelo estados em 2008:

Principais tópicos	Número de leis aprovadas	Número de estados
Educação	12	8
Saúde	19	13
Tráfico de seres humanos	11	8
Carteira de motorista e identidade	32	16
Cumprimento das leis	12	10
Serviços legais	2	2
Benefícios públicos	9	7
Assunto eleitoral	1	1
Resoluções	64	19
Outros temas em geral	43	29
TOTAL	205	41

Pesquisa feita no NCSL, *Immigrant Policy Project*, 2008

Vale citar que nem todas as leis aprovadas pelos estados referentes à imigração são contra o imigrante. Muitas leis tratam do acesso aos jovens à universidade ou ao financiamento estudantil, enquanto outras tratam de coibir a exploração sexual de imigrantes menores de idade ou do tráfico de seres humanos. Alguns estados criaram programas de acesso à saúde pública e outros benefícios públicos. O estado de Illinois, por exemplo, estabeleceu uma Comissão para a Eliminação da Pobreza. De acordo com a lei desse estado, pelo menos um membro desta Comissão deve ser um representante de uma organização que lute pelos direitos dos imigrantes.

O relatório acima mencionado foi preparado pela *National Conference of State Legislatures (NCSL)*, uma instituição que contém muitas informações sobre os estados e suas respectivas legislações. Se o leitor tiver interesse em ler o relatório completo da pesquisa citada neste artigo, basta acessar o seguinte endereço: www.ncsl.org/programs/immig e escolher o tema: 2008 *State Laws Related to Immigrants*. ■

Até a próxima!